

Saúde e pobreza: equilíbrio impossível

Volney Garrafa

A questão fundamental com relação à problemática de saúde nos países com acentuados desníveis de renda entre as diversas camadas populacionais, reside principalmente na inacessibilidade do sujeito social — homem aos elementos indispensáveis ao seu nascimento, crescimento, manutenção e sobrevivência (alimentação, moradia, educação, saneamento, etc.). No "Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial — 1979", o Banco Mundial e a CEPAL informavam que no Brasil, Colômbia, Egito, México, Filipinas e Turquia, a pobreza continuava sendo um problema sério: "estimativas aproximadas indicam que de 15 a 30% de suas populações subsistem a níveis abaixo da linha de pobreza, definida como a renda mínima necessária para satisfazer às necessidades de nutrição, vestuário e abrigo". A mesma CEPAL afirmou que 49% dos brasileiros vivia, em 1970, na faixa da pobreza (pessoas que percebem menos de 200 dólares por ano — cerca de 12 mil) e 25% na faixa da indigência (não percebiam nenhuma renda).

Estes alarmantes índices de pobreza absoluta fizeram com que 47,6% das crianças nascidas vivas em Recife em 1974, segundo investigações da OMS,

acusassem peso baixo (menos de 2.500 gramas) ou peso deficiente (2.501 - 3.000 gramas), fator geralmente incompatível com a sobrevivência ou com uma infância saudável. Esta afirmativa pode ser relacionada com os dados emitidos no "Diagnóstico de Saúde do Nordeste — SUDENE/1977", onde se verifica que 43,2% do total de óbitos registrados na região correspondia a crianças menores de cinco anos de idade, sendo 34,6% com menos de um ano. Segundo afirmação do Presidente do INAN, em conferência apresentada em setembro último na Escola Superior de Guerra, as principais causas destas mortes foram as doenças infecciosas e parasitárias e as infecções respiratórias, as quais apresentam a desnutrição como causa básica ou associada.

A V Conferência Nacional de Saúde revelou que menos de um terço das crianças brasileiras entre seis meses e cinco anos de idade, poderiam ser consideradas suficientemente alimentadas: estudos da Fundação SESP e CEME registraram que 29,8% das crianças de uma determinada amostra eram normalmente nutritidas, 37,7% desnutridas de 1º grau, 21,8% de 2º grau e 10,7% de 3º grau. Em outras palavras: o número de crianças com alto grau de

desnutrição (dois últimos grupos) era superior ao das crianças normais. A triste conclusão é de que sete em cada dez crianças brasileiras não são adequadamente alimentadas, em virtude da miséria em que vivem.

Segundo dados apresentados pelo jornalista Fausto Cupertino em seu livro "População e Saúde Pública no Brasil", a média de consumo diário de calorias no país oscila entre 1.400 e 2.100, quando a norma internacional fixada pela FAO está entre 2.300 e 3.100. De qualquer maneira, cerca de 12 milhões de crianças brasileiras, em 1974, apresentavam problemas de desnutrição: outra pesquisa realizada pela OMS mostrou que 69% das 600 mil crianças que morriam anualmente na época em todo o país antes de completar cinco anos, eram vitimadas por doenças causadas ou agravadas pela má nutrição. A problemática nutricional se refere também à baixa quantidade de proteínas ingeridas, principalmente de origem animal; o brasileiro consome média 19 gramas de proteína animal por dia, contra 59 gramas dos argentinos.

O consumo per capita de leite pelas crianças brasileiras não ultrapassa a média de um décimo de litro diário.

contra cinco décimos no Canadá e 1,5 litros na Finlândia. É interessante lembrar, por exemplo, que foi verificada uma mobilização nacional muito maior em torno da arrecadação de fundos para uma única criança portadora de leucemia ir aos Estados Unidos se tratar, do que quando o governo resolveu simplesmente duplicar o preço do leite de um dia para o outro sem consultar os maiores interessados. Este fato demonstra, por um lado, a fantástica força dos veículos de comunicação de massa (principalmente a televisão) na manipulação da opinião pública, levando-a ao casuismo. Por outro lado, fica patente a desorganização e conformismo popular diante de um assunto tão relevante quanto o absurdo aumento do preço de um alimento essencial à sobrevivência de milhares de crianças pobres do país.

Casos semelhantes a este levaram John Kenneth Galbraith a idealizar sua tese sobre "o equilíbrio da pobreza", introduzida no livro "The Nature of Mass Poverty". Salienta o conhecido economista que a diferença mais importante entre os países pobres e ricos está na aculturação — ha acomodação à cultura da pobreza.